



Governo do Estado de São Paulo
Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel
Diretoria Adjunta de Administração e Finanças/Assistência Técnica de Contratos/Setor da
Força de Trabalho de Contrato Público

Contrato

Texto do Contrato:

CONTRATO Nº 26/2025

CONTRATO Nº FUNAP – SEI - 256.00004158/2025-87

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TAIÚVA,
CONTRATANTE, E A
FUNDAÇÃO “PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL” – FUNAP,
CONTRATADA, OBJETIVANDO
A AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO PELA COMPRA DE
UNIFORMES ESCOLARES
PRODUZIDOS PELO TRABALHO DAS PESSOAS PRIVADAS DE
LIBERDADE NO SISTEMA
PENITENCIÁRIO PAULISTA.

O MUNICIPIO DE TAIUVA, pessoa jurídica de Direito Público, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 45.339.611/0001-05, com sede na Rua 21 de Abril nº 334, Bairro Centro, Cidade Taiuva SP, endereço eletrônico: compras@taiuva.sp.gov.br, telefone: (16) 3246-1207, neste ato legalmente representada por seu prefeito, o Senhor **MAURO VICENTE BERSI**, portador da Cédula de Identidade de RG nº 8.335.594-7 emitida pela SSP/SP, com inscrição no CPF/MF sob o nº 005.801.068-88, doravante denominada **CONTRATANTE**; e

A FUNDAÇÃO “PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL” – FUNAP, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº 49.325.434/0001-50, com Inscrição Estadual sob o nº 109.877.086.119, com sede administrativa na Rua Libero Badaró, nº 600, 7º andar, Centro, São Paulo, SP, CEP: 01008-908, telefone (11) 3150-1000, endereço eletrônico: comercial@funap.sp.gov.br, neste ato legalmente representada por seu Diretor Adjunto de Administração e Finanças, Senhor **KLEBER DANÚBIO ALENCAR JUNIOR**, portador da Cédula de Identidade de RG nº 16.504.303-9, emitida pela SSP/SP, com inscrição no CPF/MF sob o nº 135.103.508-80, conforme ato de delegação do Diretor Executivo, **SENHOR MAURO LOPES DOS SANTOS**, portador da Cédula de Identidade de RG nº 16.447.086-4 emitida pela SSP / SP, no exercício de suas competências estatutárias, doravante denominada **CONTRATADA**;

Celebram entre si o presente instrumento contratual de **VENDA DE UNIFORMES ESCOLARES**, por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fulcro no inciso XV do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e com integral sujeição às normas consubstanciadas nessa Lei, nos termos também do artigo 35 da Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (LEP), do artigo 16 da Lei Estadual nº 1.238, de 22 de dezembro de 1976, do artigo 18 do Decreto Estadual nº 59.177, de 13 de maio de 2013, da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989 e do Decreto nº 10.235, de 30 de agosto de 1977 (Estatutos da FUNAP), mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

1.1. Constitui objeto do presente **CONTRATO** a venda à **CONTRATANTE** de Uniformes Escolares, PROPOSTA DICOM Nº 2579/05/2025 – Revisão 1, constante do Anexo I, que é parte integrante e inseparável deste instrumento, produzidos nas Oficinas Escolas mantidas pela **CONTRATADA** para capacitação profissional e ressocialização das pessoas privadas de liberdade inseridas no sistema penitenciário paulista, mediante a oferta de trabalho remunerado nos termos da Lei de Execução Penal;

1.2. A fabricação dos itens de Uniformes Escolares ocorrerá nas unidades prisionais do Sistema Penitenciário Paulista e entregues de forma única pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** obedecendo às especificações, quantidades e valores individuais e totais mencionados na **PROPOSTA DICOM Nº 2579/05/2025 – Revisão 1**, constante do Anexo I.

1.3. O **prazo de entrega dos produtos é de até 120 dias**, após o recebimento da Nota de Empenho, condicionada, sua expedição, às exigências contratuais, podendo ser prorrogável mediante justificativa da **CONTRATADA** e anuênciada da **CONTRATANTE**;

1.4. No caso de prorrogação justificada pela **CONTRATADA** do prazo de entrega dos itens em razão de dificuldades ou impedimentos para obtenção dos insumos necessários à aquisição dos uniformes, de impedimentos para a saída dos itens pronto das unidades prisionais, da interrupção do fluxo da força de trabalho em razão de decisões judiciais e do império das regras de segurança, dentre outros fatores decorrentes das peculiaridades da gestão do trabalho no sistema penitenciário paulista, ficam estes previamente constituídos como motivos para isenção de multas e de encargos previstos nos atos normativos da **CONTRATANTE**, por se tratarem de casos fortuitos ou de força maior;

1.5. Eventuais alterações dos parâmetros deste contrato, especialmente relativas as especificações e quantidades de entrega dos produtos (exceto na ocorrência de motivo de força maior ou de caso fortuito conforme previsto nos itens 1.3. e 1.5.), serão obrigatoriamente formalizadas por meio de **TERMO ADITIVO** ao presente instrumento assinado pelas partes envolvidas, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

1.6. A entrega dos itens, pela **CONTRATADA**, far-se-á na Creche Escola Profª Neuza Regina Bruno Carnevalli Gonzalez, Rua Emilio Winter Crino nº 81, Jardim Amália Município de Taiuva, apenas nos dias úteis compreendidos entre segunda-feira e sexta-feira, no horário entre as 08:00 horas e às 17:00 horas, cabendo à **CONTRATANTE** receber, conferir e emitir recibo do que lhe foi entregue, dando por quitadas as obrigações parciais e totais entre as partes conforme o caso;

1.7. A **CONTRATANTE** informará previamente à **CONTRATADA**, por meio do endereço eletrônico indicado neste instrumento, os dados de identificação e de contato da pessoa responsável pelo recebimento dos itens, incluindo nome completo, número do documento de identidade (RG), telefone e endereço eletrônico;

1.8. Por ocasião da entrega dos itens, acompanhado da Nota Fiscal à **CONTRATANTE**, o representante da **CONTRATADA**, após conferir a documentação, deverá colher a assinatura da pessoa responsável pelo recebimento no respectivo comprovante, desde que devidamente identificada, registrando de forma clara o nome completo, o número do documento de identidade (RG), o cargo, a data e hora da entrega e do recebimento;

1.9. As operações de descarga e de estocagem dos itens a partir da entrega serão realizadas e arcadas exclusivamente pela **CONTRATANTE**;

1.10. O recebimento dos itens dar-se-á, definitivamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de recebimento provisório, ou no prazo necessário para verificação, mediante TERMO DE CONSTATAÇÃO de eventual irregularidade informando a pessoa responsável pelo recebimento dos itens designada pela **CONTRATANTE**;

1.11. O prazo de garantia DA AQUISIÇÃO dos itens são de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento, contra defeitos de fabricação.

1.12. As despesas para embalagens, seguro de vida e de acidentes pessoais das pessoas privadas de liberdade,

bem como eventuais tributos e encargos decorrentes do processo de fabricação e de entrega dos itens correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO VALOR, QUANTIDADE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.0 As despesas decorrentes do presente contrato, no valor total de **R\$ 136.447,50 (cento e trinta e seis mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)**, correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

Ficha 071

02 – Executivo

02.03.00 – Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer

12.361.0009.2014 – Manutenção do Salário Educação - QSE

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 105

02 – Executivo

02.04.00 – Ensino Geral

12.361.0009.2042 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 123

02 – Executivo

02.04.00 – Ensino Geral

12.365.0009.2056 – Manutenção do Ensino – Pré Escola

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 128

02 – Executivo

02.04.00 – Ensino Geral

12.365.0009.2058 – Manutenção do Ensino Infantil - Creche

3.3.90.30 – Material de Consumo

do orçamento vigente da CONTRATANTE.

2.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em até 30 (trinta) dias após a efetivação de cada entrega, que poderá ser fracionada ou em uma única vez, conforme prazo acordado, por meio de crédito em favor da **CONTRATADA, no Banco do Brasil, Agência 1897-X, Conta Corrente nº 139520-3**, valendo o comprovante de depósito como recibo, o qual deverá ser encaminhado de imediato ao endereço eletrônico da **CONTRATADA**, constante do presente instrumento, para constatação de efetivo recebimento;

2.2. O documento fiscal poderá ser emitido de acordo com o artigo 55 do Anexo I do Decreto Estadual nº 45.490, de 30 de novembro de 2000, alterado pelo Decreto Estadual nº 48.034, de 19 de agosto de 2003;

2.3. Caso a Nota Fiscal apresente incorreção, ela será recusada pela **CONTRATANTE** e o novo vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data da apresentação da Nota Fiscal válida, permanecendo o valor total estipulado no *caput* desta cláusula fixo e irreajustável;

2.4. Havendo atraso no pagamento, sobre a quantia devida pela **CONTRATANTE** incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, bem como juros moratórios, à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao valor e ao atraso verificado;

2.5. Havendo atraso injustificado na entrega dos itens pela **CONTRATADA**, sobre o valor fracionado ou total do contrato conforme o caso, incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, bem como juros moratórios, à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao valor e ao atraso verificado;

2.6. Os títulos de cobrança eventualmente emitidos pela **CONTRATADA** em desfavor da **CONTRATANTE** serão mantidos em carteira, sendo certo que esta última não estará obrigada a pagar aqueles que, de forma a contrariar expressamente o disposto neste parágrafo, sejam indevidamente colocados em cobrança, por meio de estabelecimento bancário.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência ordinário deste CONTRATO será de 12 (doze) meses, tendo por termo inicial sua data de assinatura;

3.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado por meio de TERMO ADITIVO, assinado em comum acordo pelas partes, a este instrumento nos limites legais previstos.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1. Fornecer à **CONTRATADA** todos os dados e informações necessários à execução do objeto do presente contrato;
- 4.2. Efetuar o pagamento devido à **CONTRATADA**, observando os prazos e condições estabelecidos;
- 4.3. Designar pessoa responsável pelo recebimento do objeto nos termos da cláusula primeira;
- 4.4. Conferir e receber os itens dentro das especificações e das quantidades acordadas, dando por quitadas as obrigações realizadas pela **CONTRATADA**;
- 4.5. Adotar as providências de sua alçada para perfeita execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. Cumprir os prazos indicados na Proposta Comercial;
- 5.2. Informar à **CONTRATANTE** a ocorrência de fatores impeditivos à realização do objeto deste contrato nos termos ajustados;
- 5.3. Manter-se em dia com as suas obrigações legais face aos órgãos públicos, nos termos das leis e normas regulamentares aplicáveis;
- 5.4. Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
- 5.5. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, em virtude de ações ou omissões da **CONTRATADA** na execução do contrato;
- 5.6. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 121, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observadas as peculiaridades que regem o trabalho das pessoas privadas de liberdade inseridas no sistema penitenciário paulista;
- 5.7. Arcar com as despesas diretas e indiretas relacionadas com a aquisição dos uniformes à **CONTRATANTE** nos termos deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA

DAS PENALIDADES, DA DENÚNCIA E DA EXTINÇÃO

6.1. A ocorrência de quaisquer dos motivos enumerados no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ensejará a extinção deste contrato, com as consequências definidas nos artigos 139 da mesma lei, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis na forma de seus artigos 90 e 156, independentemente de interpelação judicial;

6.2. Nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observar-se-á o

disposto nos artigos 137 usque 139 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

6.3. O presente **CONTRATO** admite extinção consensual, por acordo entre as partes, consoante preceitua o inciso II do artigo 138 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, conforme prevê o artigo 89 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA OITAVA DA LEGITIMIDADE DA CONTRATADA

8.1. Nos termos deste contrato, com base na Lei Estadual nº 1.238, de 22 de dezembro de 1976 e, especialmente, no inciso IX do artigo 4º do Decreto Estadual nº 10.235, de 30 de agosto de 1977, bem como nas normas correlatas que constituem o Estatuto da **FUNAP**, fica esta legitimamente responsável por defender as obrigações contratuais e o equilíbrio das relações objeto deste ajuste em juízo e fora dele, em qualquer instância, especialmente para ingressar com ações de cobrança ou de execução de título extrajudicial em face da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA DO FORO

9.1 Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro seja, para dirimir todas as questões decorrentes da execução do presente contrato, não resolvidas por via administrativa entre as partes.

9.2 E, por estarem assim justos e em perfeito acordo, assinam o presente instrumento juntamente com as testemunhas.

Fundação em São Paulo, 20 de setembro de 2025.

CONTRATANTE

**MAURO VICENTE BERSI – PREFEITO MUNICIPAL
(CONTRATANTE)**

MUNICÍPIO DE TAIUVA -

**KLEBER DANUBIO ALENCAR JUNIOR
FUNDAÇÃO “PROF.DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL” – FUNAP
(CONTRATADA)**

TESTEMUNHAS

**GISLAINE DE SOUZA
RG nº 50.788.764-5**

**SILVA LARISSA MARIA GALO SCARPIM
RG nº 47.911.230-7**

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAIUVA

CONTRATADA: FUNDAÇÃO “PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL” – FUNAP

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2025

OBJETO: Aquisição de Uniformes Escolares destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino desta Municipalidade.

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a)** O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b)** Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c)** Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d)** As informações pessoais dos responsáveis pelo contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e)** É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a)** O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Taiuva, 20 de setembro de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ORGÃO/ENTIDADE:

Nome: Mauro Vicente Bersi

Cargo: Prefeito do Município de Taiuva

CPF: 005.801.068-88

Assinatura:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Mauro Vicente Bersi

Cargo: Prefeito do Município de Taiuva

CPF: 005.801.068-88

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Mauro Vicente Bersi

Cargo: Prefeito do Município de Taiuva

CPF: 005.801.068-88

Assinatura:

Pela CONTRATADA:

Nome: Kleber Danubio Alencar Junior

Cargo: Representante legal

CPF: 070.915.558-13

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DO CONTRATANTE:

Nome: Mauro Vicente Bersi

Cargo: Prefeito do Município de Taiuva

CPF: 005.801.068-88

Assinatura:

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: João Francisco Berci

Cargo: Secretário Municipal de Educação

CPF: 042.641.058-03

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Acompanhamento e Fiscalização

Nome: João Francisco Berci

Cargo: Secretário Municipal de Educação

CPF: 042.641.058-03

Assinatura:

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de

acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAIUVA

CNPJ N°: 45.339.611/0001-05

CONTRATADA: FUNDAÇÃO “PROF.DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL” – FUNAP

CNPJ N°: 49.325.434/0001-50

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 26/2025

DATA DA ASSINATURA: 18/09/2025

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, tendo por termo inicial sua data de assinatura

OBJETO: Aquisição de Uniformes Escolares destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino desta Municipalidade.

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Taiuva, 20 de setembro de 2025.

Nome e cargo: Mauro Vicente Bersi – Prefeito do Município de Taiuva

E-mail institucional: gabinete@taiuva.sp.gov.br

E-mail pessoal: maurobersi@ymail.com

Assinatura:



Documento assinado eletronicamente por **Kleber Danubio Alencar Junior, Diretor Adjunto - DIRAF**, em 20/10/2025, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAURO VICENTE BERSI, Usuário Externo**, em 20/10/2025, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO FRANCISCO BERCI**, Usuário Externo, em 22/10/2025, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **GISLAINE DE SOUZA SILVA**, Usuário Externo, em 23/10/2025, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA MARIA GALO SCARPIM**, Usuário Externo, em 23/10/2025, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0086475136 e o código CRC 35820149.